



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Av. Dr. Flávio Rocha nº 4741 - Residencial São Vicente

Franca/SP – CEP 14.405-600

(16) 3705-0154

E-mail: idstore.licitacao@gmail.com

À Comissão de Licitação da Prefeitura de Nova Friburgo - RJ

Prefeitura de Nova Friburgo - RJ

Avenida Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar / Sala 212, Centro – Nova Friburgo – RJ, CEP 28.613-001

Assunto: Impugnação ao Edital e Termo de Referência – Pregão Eletrônico nº 90.120/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos.

IMPUGNAÇÃO DE LICITAÇÃO

A empresa **ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.585.966/0001-87, com sede à Av. Dr. Flávio Rocha nº 4741 – Residencial São Vicente – Franca/SP – CEP 14.405-600, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, apresentar o presente **IMPUGNAÇÃO DE LICITAÇÃO**, com fundamento nos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e na legislação vigente, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que foi protocolada dentro do prazo estabelecido pelo art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/93, bem como em conformidade com o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.024/2019, que assegura a qualquer interessado o direito de impugnar o edital até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

Considerando que a sessão pública se encontra designada para o dia 09/10/2025, o prazo final para apresentação de impugnações encerra-se três dias úteis anteriores à data de abertura. Assim, a presente manifestação é tempestiva e deve ser regularmente conhecida pela Administração.

II – DOS FATOS

O presente certame foi instaurado por meio do Pregão Eletrônico nº 90.120/2025, cujo objeto consiste na contratação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos do edital.

Ocorre que, ao analisar detidamente o instrumento convocatório, verifica-se a existência de disposições que se mostram contrárias aos princípios que regem as contratações públicas, em especial os da legalidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Em síntese, as exigências contidas no edital, notadamente no que se referem às exigências técnicas, estabelecem condições que comprometem a eficiência da contratação, bem como demonstram sérios riscos que poderão colocar a Administração Municipal no decorrer da futura execução contratual

Diante disso, a presente impugnação é apresentada com o intuito de ver corrigidas as irregularidades apontadas, garantindo-se a observância dos princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório e assegurando igualdade de condições entre os concorrentes.

III – DO DIREITO

a) Integração total com o sistema de folha E&L:

“3.5.18. Integração automática com o Sistema de Processamento de Folha de Pagamento (E&L) e ou outro que, porventura, venha a substituí-lo.”

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

“3.11.6. O software deverá, obrigatoriamente, integrar-se com o Sistema de Processamento de Folha de Pagamento, executado pela empresa E&L, ou outro que, por ventura, venha a substituí-lo, devendo importar a base de dados formada a partir do cadastro dos servidores e exportar o resultado do apontamento com os códigos de acordo com o referido sistema de pagamento. Obrigatoriamente deverá apresentar declaração, em formulário próprio, de integração com a empresa E&L, ou outro, que por ventura, venha a substituí-lo.”

O item do edital que traz a exigência de “integração total com o sistema de folha E&L” mostra-se excessivamente subjetivo, uma vez que não especifica de forma objetiva e técnica o meio pelo qual essa integração deve ocorrer. A redação genérica abre margem para interpretações distintas e para que fornecedores aleguem atendimento à exigência apenas de forma declaratória, mesmo quando a solução ofertada não contempla a automatização plena e segura das rotinas de gestão de pessoal.

Cumpramos destacar que a integração efetiva e confiável entre sistemas de ponto eletrônico e folha de pagamento não se resume a exportações de planilhas ou trocas manuais de arquivos. Ela deve ser realizada por meio de API (Interface de Programação de Aplicações), que possibilita comunicação bidirecional, estruturada e em tempo real entre os sistemas. Somente dessa forma é possível assegurar que informações sensíveis — como dados cadastrais, saldos de banco de horas, lançamentos de horas extras, afastamentos e gestão de férias — sejam transmitidas automaticamente, sem intervenção humana, garantindo consistência, segurança jurídica e conformidade com a legislação trabalhista.

Além disso, a simples declaração de que o software integra com a folha de pagamento não é suficiente para demonstrar a efetividade da solução. Nesse sentido, recomenda-se que o edital seja ajustado não apenas para determinar que a integração com o sistema E&L ocorra obrigatoriamente por meio de API, mas também para prever a exigência de uma Prova de Conceito (POC), a ser realizada durante a fase de habilitação técnica ou antes da assinatura contratual. A POC permitirá que as empresas participantes comprovem, de maneira prática e inequívoca, que seu software de fato possui integração operacional e funcional com o sistema da folha, afastando riscos de contratação de soluções que apenas prometem a integração sem efetivamente entregá-la.

Assim, ao estabelecer critérios técnicos objetivos e a exigência de comprovação prática, o edital passa a garantir maior transparência no processo licitatório, segurança na execução contratual e, sobretudo, que o município receba uma solução verdadeiramente eficiente, moderna e integrada às suas necessidades.

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

b) Requisitos técnicos equipamentos:

“4.3.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) Totem/Tablets.”

É de extrema importância que o Município defina, de forma clara e objetiva, os requisitos técnicos mínimos que os equipamentos de ponto eletrônico deverão atender no processo licitatório. A ausência de parâmetros detalhados torna a exigência de amostras um procedimento meramente formal, sujeito a interpretações subjetivas e incapaz de assegurar que a solução contratada seja realmente eficiente, segura e adequada às necessidades da Administração.

A utilização da tecnologia de reconhecimento facial de última geração representa um avanço significativo e deve ser priorizada, na medida em que proporciona maior eficiência, inclusão e segurança no registro da jornada de trabalho dos servidores. Entre as funcionalidades recomendadas, destacam-se:

- alta velocidade na leitura e identificação do usuário;
- mecanismos antifraude capazes de impedir registros por meio de fotografias, vídeos ou imagens reproduzidas em telas;
- possibilidade de marcação de ponto mesmo com o uso de máscara, requisito especialmente relevante para servidores da saúde;
- funcionamento totalmente sem contato, prevenindo riscos de contaminação;
- integração com reconhecimento por tecnologia de proximidade (crachás), assegurando acessibilidade a servidores cadeirantes, pessoas com nanismo ou com deficiência motora.

Cabe ressaltar que a simples aceitação de tablets como alternativa caracteriza um retrocesso tecnológico. Isso porque tais dispositivos não foram projetados para operar como equipamentos de ponto eletrônico, carecem de recursos de segurança embarcados, não possuem a robustez e durabilidade necessárias para o uso diário em ambiente administrativo, e tampouco oferecem garantias de precisão e inviolabilidade das marcações. A adoção dessa solução improvisada poderia comprometer a confiabilidade do controle de frequência e expor a Administração a riscos de questionamentos e até de fraudes.

Portanto, é indispensável que o edital estabeleça requisitos técnicos mínimos objetivos, que possam ser comprovados por meio de especificações técnicas e testes de conformidade, e não apenas pela apresentação de amostras. Do contrário, a Administração terá de realizar uma análise altamente complexa e especializada das amostras apresentadas, sujeita a subjetividade e ao risco de decisões equivocadas.

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

Assim, a definição criteriosa desses requisitos assegura não apenas a eficiência do processo licitatório e a competitividade entre fornecedores, mas também a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento efetivo das necessidades da Administração e da coletividade.

Ademais, é preciso considerar que tablets não possuem a robustez necessária para suportar a rotina de um equipamento de ponto eletrônico. Por se tratar de dispositivos originalmente desenvolvidos para uso pessoal e não para fins de registro laboral, sua utilização nesse contexto acarreta sérios riscos operacionais. Trata-se de equipamentos mais frágeis, suscetíveis a quedas, superaquecimento, desgaste acelerado e, principalmente, ao vício de bateria, problema comum em dispositivos móveis que compromete diretamente sua durabilidade. A ocorrência de falhas como travamentos, perda de carga repentina ou a necessidade constante de substituição de componentes pode resultar em perda de registros e, conseqüentemente, em insegurança quanto à confiabilidade das marcações de ponto. Tais riscos não apenas colocam em dúvida a eficiência do sistema, mas também expõem a Administração a potenciais questionamentos jurídicos e trabalhistas, decorrentes da ausência de registros precisos e fidedignos.

A definição de requisitos técnicos de forma genérica, vaga ou excessivamente aberta em um processo de contratação pública de sistemas de ponto eletrônico pode trazer sérios prejuízos ao município. A ausência de critérios objetivos compromete diretamente a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica da licitação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

Em segundo lugar, requisitos vagos favorecem propostas artificialmente reduzidas de preço, apresentadas por fornecedores que não entregam uma solução robusta. Essa prática desequilibra a disputa e pode gerar futuras rescisões contratuais, aditivos onerosos ou necessidade de nova licitação — situações que oneram o erário e atrasam a implantação do controle eletrônico de ponto.

Adicionalmente, a ausência de especificações claras contraria o princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, pois abre espaço para interpretações subjetivas do edital. Isso aumenta a probabilidade de impugnações, recursos administrativos e até judicializações, prolongando o processo e comprometendo a transparência.

c) Da qualificação técnica:

“18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

18.1 Para fins de habilitação será exigida a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove ter executado ou estar executando, serviços compatíveis e pertinentes, em características e quantidades com o objeto, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas:

18.1.1 Entendem-se por serviços com objeto similar ao que se pretende contratar os seguintes: locação de relógios ponto com reconhecimento facial ou por impressões digitais, integrada com solução/sistema para gestão do controle de frequência de entrada e saída de pessoas.”

Para fins de habilitação técnica, é essencial que o Município exija atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do presente certame, isto é, a locação de relógios de ponto dotados de reconhecimento facial integrado a software de gestão e controle do ponto. A exigência de compatibilidade estrita não é mero formalismo, mas medida indispensável para assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução do objeto pretendido, garantindo confiabilidade, eficiência operacional e aderência tecnológica à realidade atual da Administração.

O edital, em seu item 18.1.1, admite como objeto similar tanto a locação de relógios de ponto com reconhecimento facial quanto com tecnologia baseada em impressões digitais. Contudo, cumpre destacar que tais soluções não podem ser consideradas equivalentes. O reconhecimento por biometria digital representa uma tecnologia legada, que apresenta limitações significativas, tais como maiores suscetibilidades a falhas em servidores que utilizam equipamentos de proteção (como luvas), dificuldades no reconhecimento em situações de desgaste da digital, além da necessidade de contato físico direto com o equipamento, o que compromete a acessibilidade, a higiene e a prevenção de contaminações.

Em contrapartida, os relógios de ponto com reconhecimento facial oferecem funcionalidades mais modernas e seguras, como leitura em alta velocidade, prevenção de fraudes por uso de fotos ou vídeos, operação totalmente sem contato e possibilidade de marcação mesmo em condições específicas, como o uso de máscaras por profissionais da saúde. Essas características não se tratam de meros incrementos, mas de requisitos técnicos que influenciam diretamente a qualidade e a confiabilidade do controle de frequência, constituindo o nível mínimo esperado para o atendimento ao interesse público.

Assim, a aceitação de atestados que comprovem apenas experiência com equipamentos baseados em biometria digital tende a fragilizar o processo licitatório, uma vez que não traduz experiência efetiva no fornecimento da solução pretendida pelo Município. Essa

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

flexibilização cria o risco de habilitação de empresas sem expertise comprovada na tecnologia requisitada, o que pode comprometer a plena execução contratual, acarretando falhas na gestão da frequência, insegurança jurídica e potenciais prejuízos à Administração.

Portanto, a definição adequada do atestado de capacidade técnica, vinculando-o especificamente à locação de equipamentos com reconhecimento facial e sistema de gestão integrado, é medida necessária para resguardar o interesse público, assegurar a efetiva execução do contrato e alinhar a contratação às melhores práticas tecnológicas disponíveis no mercado.

d) Da qualificação técnica: Certificações

Importante ressaltar, ainda, que a qualificação técnica da empresa não pode se restringir unicamente à apresentação de atestados de capacidade técnica. Embora esses documentos sejam relevantes para comprovar experiências anteriores, eles não são suficientes, por si só, para garantir que a solução ofertada atenda às exigências contemporâneas de segurança, conformidade legal e confiabilidade tecnológica. Em um cenário em que os sistemas de ponto eletrônico lidam diariamente com informações sensíveis dos servidores públicos, é indispensável que as licitantes demonstrem possuir certificações voltadas à proteção de dados e à segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essas certificações funcionam como garantia adicional de que a solução tecnológica ofertada possui mecanismos de criptografia, gestão de acessos e auditoria adequados, prevenindo falhas e vazamentos de dados.

Do mesmo modo, é fundamental observar que o objeto em licitação envolve não apenas a disponibilização de equipamentos, mas também o fornecimento de um software de gestão de ponto eletrônico. Nesse aspecto, a Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência estabelece requisitos específicos de validade jurídica para os sistemas de registro eletrônico de jornada, dentre eles a necessidade de que o software esteja devidamente registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Tal certificação é indispensável para assegurar que a solução ofertada seja reconhecida oficialmente como sistema de registro eletrônico válido, prevenindo o uso de programas não homologados ou que possam ser questionados quanto à sua conformidade legal.

A exigência do certificado do INPI, portanto, não representa mero detalhe burocrático, mas sim uma garantia de que o sistema de ponto atende às disposições legais trabalhistas, preserva a autenticidade das marcações realizadas e assegura à Administração a contratação de uma solução juridicamente segura e tecnicamente confiável.

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

Assim, a análise da qualificação técnica deve ser tratada de forma ampla, contemplando não apenas a comprovação de experiência anterior, mas também a apresentação de certificações que assegurem a segurança jurídica, tecnológica e operacional da solução a ser contratada. Dessa forma, o Município não apenas selecionará um fornecedor experiente, mas também um parceiro capaz de garantir a integridade das informações, a conformidade legal e a continuidade plena do serviço prestado.

Cumpramos destacar que, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, devem ser observados, entre outros, os princípios da eficiência, da economicidade, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, todos diretamente comprometidos pela redação subjetiva e vaga dos itens impugnados. Um edital que deixa em aberto critérios técnicos essenciais, como a forma de integração do sistema de ponto eletrônico à folha de pagamento ou os requisitos mínimos dos equipamentos, fragiliza a própria condução do certame, além de transferir para a execução contratual incertezas que poderiam — e deveriam — ser eliminadas na fase de planejamento.

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

A doutrina administrativa é clara nesse ponto. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2014) ressaltam que a eficiência está ligada à economicidade e ao alcance da melhor relação custo-benefício para a Administração, sempre voltada ao interesse público e à boa aplicação dos recursos coletivos.

“A ideia de eficiência aproxima-se da de economicidade, princípio expresso no art. 70, caput, da Constituição, referente ao controle financeiro da administração pública. Busca-se o atingimento de objetivos traduzidos por boa prestação de serviços, de modo mais simples, mais rápido, e mais econômico, melhorando a relação custo/benefício da atividade administrativa. O administrador deve sempre procurar a solução que melhor atenda ao interesse público, levando em conta o ótimo aproveitamento dos recursos públicos, conforme essa análise de custos e benefícios correspondentes.” (ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 22.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2014, p. 213)

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

De igual modo, Joel de Menezes Niebuhr (2020) reforça que a eficiência nas licitações deve ser compreendida sob os aspectos de preço, qualidade e celeridade, sendo essencial que a escolha da proposta garanta não apenas economicidade, mas também a qualidade e a utilidade do objeto contratado.

“A eficiência em licitação pública gira em torno de três aspectos fundamentais: preço, qualidade e celeridade. Daí que do princípio da eficiência, mais abrangente, decorrem outros princípios, entre os quais o do justo preço, o da seletividade, o da celeridade e o da finalidade. O princípio do justo preço demanda que a Administração não assuma compromissos com preços fora do mercado, especialmente com preços elevados. O princípio da seletividade requer cuidados com a seleção do contratante e da proposta, relacionando-se diretamente com a qualidade do objeto contratado. O princípio da celeridade envolve o tempo necessário para realizar a licitação, que deve ser o mais breve possível. E o princípio da finalidade presta-se a enfatizar que a licitação não é um fim em si mesmo, mas instrumento para que a Administração celebre contratos e, com eles, receba utilidade de terceiros, para que possa satisfazer aos interesses da coletividade e cumprir a sua missão institucional.” (in Pregão Presencial e Eletrônico, – Revista, ampliada e atualizada de acordo com o Decreto Nº 10.024/19. Ed. Fórum, 8ª Edição, 2020.)

Ora, permitir que cláusulas indefinidas avancem no processo licitatório é o oposto do que demandam esses princípios, pois gera insegurança e potencialmente compromete tanto a qualidade do objeto quanto o equilíbrio econômico do contrato.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União já firmou entendimento de que a ausência de especificações claras e de análise comparativa entre diferentes soluções de mercado expõe a Administração a riscos de dependência tecnológica, falhas de execução e prejuízos econômicos. No julgamento da Representação nº 00663620187, o TCU¹ destacou expressamente que a “ausência da adequada análise de riscos e do custo-benefício [...] dificulta a substituição do fornecedor e eleva a probabilidade de prejuízos econômico-financeiros futuros em desfavor da entidade”. Esse precedente demonstra que a omissão de critérios objetivos e a indefinição técnica do edital não são falhas menores, mas vícios capazes de comprometer a vantajosidade da contratação e sujeitar o Município a custos adicionais e dificuldades operacionais.

Dessa forma, é imprescindível que o edital em questão seja revisado para afastar subjetividades e prever critérios objetivos e verificáveis, como a obrigatoriedade de integração via API, a exigência de POC para demonstração prática de compatibilidade, bem como, comprovação de atendimento das exigências técnicas do hardware e software, a definição de requisitos técnicos mínimos dos equipamentos e a vinculação da qualificação

¹ TCU - RP: 00663620187, Relator.: ANDRÉ DE CARVALHO, Data de Julgamento: 05/06/2019, Plenário.



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

técnica não apenas a atestados genéricos, mas também a certificações legais e de segurança da informação. Só assim será possível garantir que o certame cumpra seu verdadeiro papel: selecionar a proposta mais vantajosa, assegurar a plena execução contratual e resguardar a Administração contra riscos de ineficiência, litígios e desperdício de recursos públicos.

Em síntese, a manutenção de cláusulas vagas e subjetivas afronta diretamente os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade, julgamento objetivo e segurança jurídica. A doutrina e a jurisprudência do TCU, a exemplo da Representação nº 00663620187, são uníssonas em afirmar que a ausência de critérios técnicos claros eleva o risco de falhas contratuais, dependência de fornecedores e prejuízos econômicos futuros para a Administração. Assim, a revisão do edital para incluir parâmetros objetivos e verificáveis não apenas resguarda a legalidade do certame, mas também assegura que o Município contrate solução verdadeiramente eficiente, moderna e vantajosa ao interesse público.

III. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) O conhecimento e acolhimento da presente impugnação, para que sejam promovidos os ajustes necessários no edital, com a inclusão de critérios técnicos objetivos e verificáveis — tais como a obrigatoriedade de integração via API, a realização de Prova de Conceito (POC), a definição de requisitos mínimos para os equipamentos e a exigência de certificações pertinentes — afastando-se a subjetividade atualmente presente nos itens impugnados;
- b) A alteração do edital de forma a resguardar os princípios da eficiência, da economicidade, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que repudia cláusulas genéricas e imprecisas por gerarem riscos de falhas contratuais e prejuízos futuros à Administração;
- c) Subsidiariamente, caso não sejam acolhidas as alterações propostas, que seja suspenso o andamento do certame até que se promovam as adequações necessárias, evitando-se contratações potencialmente ineficientes, litígios futuros e danos ao erário.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Franca/SP, 03 de outubro de 2025.

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com



ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

Inscrição Estadual: 310.399.910.116

ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 07.585.966/0001-87

PRISCILA KAUBATZ ROJAS

CPF 222.433.108-80 / RG 40.433.407-6

DIRETORA ADMINISTRATIVA

┌ ID Store Serviços de Sistemas ┐
e Eletrônicos Ltda.
Av Dr Flávio Rocha Nº 4741
Residencial São Vicente
Franca/SP - CEP 14405-600
CNPJ: 07.585.966/0001-87
└ IE 310.399.910.116 ┘

AV. DR. FLÁVIO ROCHA, 4741 - RESIDENCIAL SÃO VICENTE

CEP 14405-600 – FRANCA/SP

e-mail: idstore.licitacao@gmail.com